



O Empreendedorismo Contemporâneo ou uma Forma de Mistificação das Relações de Classe¹

Henrique Amorim²

Guilherme Henrique Guilherme³

Felipe Bruner Moda⁴

João Gabriel Selles Pelegrini⁵

Resumo: Tendo como base empírica uma incursão em um *workshop* de empreendedores, temos por objetivo central deste artigo debater a relação entre o modo de vida empreendedor e a mistificação das relações de classe. Argumentamos que, nesse processo de mistificação, os intelectuais orgânicos têm papel fundamental para a construção da subordinação dos trabalhadores aos interesses do capital, pois são responsáveis pela elaboração do empreendedorismo e de sua

1 Esse artigo é fruto de pesquisa financiada pela FAPESP e pelo CNPQ. Agradecemos a todos os pesquisadores do GPCT (Grupo de Pesquisa Classes Sociais e Trabalho) pelas discussões coletivas e apontamentos. Gostaríamos de agradecer também ao Prof. Dr. Leandro Galastri pela leitura e considerações.

2 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Guarulhos – Brasil – hamorim@unifesp.br – <https://orcid.org/0000-0002-0715-9191>

3 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Guarulhos – Brasil – gguilherme@unifesp.br – <https://orcid.org/0000-0001-8209-727X>

4 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Guarulhos – Brasil – felipe.bruner@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-4543-9063>

5 Universidade Federal de São Carlos (UFScar) – São Carlos – Brasil – j.gabrielpelegrini@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-6964-5411>

propagação que objetiva estabelecer um novo consenso social, visando a restaurar e a aprofundar a dominação classista. Equiparando trabalhadores a empresas, o empreendedorismo atua tanto como uma ideologia quanto como uma forma de controle da força de trabalho, já que a conduta de tipo empreendedora se torna uma condição para que trabalhadores e trabalhadoras se mantenham empregados, mesmo em situação precária, e garantam a sua reprodução social.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Classes Sociais; Mistificação; Trabalho; Intelectuais Orgânicos.

Contemporary Entrepreneurship or a form of mystification of class relations

Abstract: *Based on an empirical incursion into a workshop of entrepreneurs, this article aims to discuss the relationship between the entrepreneurial way of life and the mystification of class relations. We argue that in this process of mystification, organic intellectuals have a fundamental role to the construction of the workers' subordination to capital, being responsible for the elaboration of entrepreneurship and its propagation that aims to establish a new social consensus to restore and deepen class domination. By equating workers with companies, entrepreneurship acts both as an ideology and as a form of control over the workforce, since entrepreneurial conduct becomes a condition for workers to stay employed, even in precarious situations, and guarantee their social reproduction.*

Keywords: *Entrepreneurship; Social Class; Mystification; Work; Organic Intellectuals.*

El emprendedorismo contemporáneo o una forma de mistificación de las relaciones de clase

Resumen: Basado en una incursión empírica en un workshop de emprendedores, este artículo pretende discutir la relación entre el modo de vida emprendedor y la mistificación de las relaciones de clase. Argumentamos que en este proceso de mistificación, los intelectuales orgánicos juegan un papel fundamental en la construcción de la subordinación de los trabajadores, siendo responsables de la elaboración del emprendedorismo, y su propagación para establecer un nuevo consenso social restaurando y profundizando la dominación de clase. Equiparando a los trabajadores con las empresas, el emprendedorismo actúa a la vez como ideología y como forma de control sobre la fuerza de trabajo, ya que la conducta emprendedora se

convierte en una condición para que los trabajadores se mantengan empleados, aún en situaciones precarias, y aseguren su reproducción social.

Palabras clave: Empreendedorismo; Clases sociales; Mistificación; Trabajo; Intelectuales Orgánicos.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo debater a relação entre o discurso empreendedor e a mistificação das relações de classe que dele deriva, isto é, como a atual valorização do empreendedorismo promove um aparente desaparecimento da divisão classista que estrutura a sociedade e permite avançar novas formas de exploração da força de trabalho. Para tanto, partiremos das análises realizadas por Karl Marx e Antonio Gramsci sobre as classes sociais, enfatizando o papel dos intelectuais orgânicos na elaboração da atual hegemonia classista⁶; intelectuais estes que assumem a perspectiva de propagar e reproduzir a hegemonia capitalista, radicalizando a passivização da classe trabalhadora⁷.

6 Inicialmente, segundo Gramsci, a definição de intelectual parte de um diagnóstico amplo posto que: “*Todos os homens são intelectuais (...)*”, afirmação qualificada com maior precisão ao indicar que “*(...) nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais*” (Gramsci, 1982: 07). Como apresentaremos na próxima seção desse artigo, tal função está relacionada às relações de classe e a posição assumida nela no modo de produção capitalista. Para Gramsci, os intelectuais orgânicos interferem: “*(...) ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” (...)*” categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (Gramsci, 1982: 08-09).

7 Gramsci utiliza o conceito de “revolução passiva”, ou “revolução-restauração”, para analisar o processo de *Risorgimento* italiano. Porém, essa formulação pode ser generalizada para outros momentos históricos nos quais a classe dominante promove modernizações conservadoras para restaurar a sua dominação sobre as classes trabalhadoras. Esses momentos são compreendidos pela adoção de uma série de reformas e transformações políticas, econômicas e sociais que restauram o poder classista à classe dominante, sem que, com isso, seja realizada uma revolução política, promovendo assim uma passivização das lutas sociais. Vale ressaltar que nesses processos de revolução passiva há uma necessária contrapartida, isto é, concessões para parcelas da classe trabalhadora, que ao mesmo tempo são afastadas dos processos decisórios do Estado. Tudo isso dá base para transformações sociais traduzidas como progressistas ao conjunto das demais. Ver sobre o tema: Azzarà (2020), Dias (1997), Kebir (2003) e Thomas (2015). No entanto, no contexto do neoliberalismo essa contrapartida não se verifica. O que se observa é a retirada de direitos trabalhistas e a piora das condições de vida das classes trabalhadoras que configura um processo de radicalização da dominação do capital sobre o trabalho. Trata-se, assim, de um contexto no qual o conceito de revolução passiva, elaborado por Gramsci, não pode ser aplicado de forma integral, sobretudo, por que não há ganhos econômicos e sociais de longo prazo que possam comprovar possíveis concessões às classes trabalhadoras. Nesse sentido, optamos por empregar o termo passivização no sentido em que o empreendedorismo mistifica as relações de classe e estrutura um consentimento da classe trabalhadora que radicaliza, ao conformar um novo modo de vida, a sua subalternidade em relação à dominação e à exploração capitalistas.

Procuraremos, nesse sentido, responder à seguinte questão: em que medida o empreendedorismo atuaria no processo de passivização da classe trabalhadora, mistificando as relações entre as classes sociais? Dessa forma, nossa análise se organiza com base na articulação do empreendedorismo, como modo de vida dominante, às relações entre as classes sociais no capitalismo contemporâneo.

Nossas formulações sobre o empreendedorismo e as classes sociais partem de uma aproximação teórico-empírica do empreendedorismo como um objeto de estudo. Além de apresentarmos criticamente leituras que buscam compreender como o empreendedorismo é mobilizado nos dias atuais, analisamos também material empírico coletado no *XIII Workshop Brasil Red Empreende-Sur*, organizado pela *Red de Empreendedorismo e Innovación para América Latina*⁸, com o tema “Cidades criativas, cidades felizes”. Neste evento, realizamos 16 entrevistas organizadas com base em um roteiro semiestruturado de questões, buscando compreender como os empreendedores ali presentes descreviam o empreendedorismo e de que forma suas rotinas dentro e fora dos ambientes de trabalho eram pautadas por ele. Além disso, acompanhamos os painéis de debates e participamos dos espaços de socialização do *workshop*. Desse modo, as atividades, mesas, palestras e visitas guiadas pelo Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel)⁹ nos auxiliam a descrever e analisar como se configura o que, em outro artigo, denominamos como “modo de vida empreendedor” (Amorim; Moda; Mevis, 2021 e 2021a).

O evento teve como mote central de suas atividades a articulação entre educação, tecnologia e empreendedorismo, tendo sido organizado em conjunto com outras instituições, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Inatel. Traremos para este artigo trechos das entrevistas em que os participantes do *workshop* buscam definir o empreendedorismo

8 O workshop ocorreu entre os dias 15 e 18 de outubro de 2019 na cidade de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais. Segundo a página da instituição na internet: “*La Red EmpreendeSUR es un espacio que surge como respuesta a la necesidad de un grupo de académicos relacionados con el emprendimiento y la innovación, a la necesidad de repensar la formación de emprendedores, inicialmente de base universitaria, desde una perspectiva propia con raíz en nuestros países de América Latina. Realiza actividades de intercambio, discusión, e investigación y ha realizado encuentros regulares denominados Workshops en donde los miembros comparten personalmente sus inquietudes e intereses*”. Disponível em: <https://emprende-sur.net/nuevositio/?page_id=136>. Acesso em: 19 out. 2021.

9 O Inatel, local de realização do *Workshop*, segundo a página da instituição na internet, foi “(...) fundado em 1965, o Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel) é um centro de excelência em ensino e pesquisa na área de Engenharia, e tem se consolidado cada vez mais, no Brasil e no exterior, como um celeiro de grandes talentos. Foi a primeira instituição de ensino do país a oferecer um curso superior de Engenharia tendo as telecomunicações como foco. É uma instituição de ensino privada sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações (Finatel)”. Disponível em: <<https://www.inatel.br/home/home/quem-somos>>. Acesso em: 19 out. 2021.

e como compreendem a sua inserção nos processos produtivos e de serviços, buscando, com isso, analisar a tentativa de apagamento ou mistificação da divisão e das contradições entre as classes sociais pelo discurso empreendedor, tal como elaborado e divulgado pelos seus intelectuais orgânicos encontrados em nossa pesquisa de campo.

De modo a expor um panorama geral dos nossos 16 entrevistados: 5 se declararam proprietários de empresas – dentre estes, ao menos dois possuem um aporte financeiro familiar que possibilita a sua manutenção. Em relação às empresas, a maior parte conta com 30 trabalhadores e as menores são *startups* que contam apenas com seus sócio-proprietários. Outros 3 entrevistados já possuíram a própria empresa, as quais ou encerraram as atividades ou se encontram praticamente inativas após seus proprietários se estabilizarem em empregos formais. A renda mensal dos entrevistados varia entre dois e vinte salários-mínimos mensais e, entre eles, existia uma multiplicidade de formas de contrato e de profissões: professores, funcionários públicos, proprietários de empresas de pequeno e médio porte, estudantes, entre outras.

Vale destacar que entrevistamos 2 docentes que lecionam disciplinas de empreendedorismo em instituições de ensino superior, uma pública e uma privada, assim como 2 coordenadores de incubadoras de empresas em universidades, que se articulam diretamente com o empreendedorismo dentro dessas instituições. Esses entrevistados, além de produzirem material com referencial bibliográfico atual acerca do empreendedorismo, ocupam papel relevante na propagação do tema. Por fim, também entrevistamos uma coordenadora de educação básica que, segundo a própria, mobiliza os preceitos empreendedoristas em suas formulações pedagógicas.

Nossa análise parte da constatação de que o empreendedorismo se constitui como um modo de vida¹⁰ (Gramsci, 2001) hegemônico, nas sociedades neoliberais contemporâneas, imposto às classes subalternas, marcando uma nova forma social de produzir, de agir e de sentir, em resumo, de se reproduzir socialmente (Amorim; Moda; Mevis, 2021). Tal novidade tem relação direta com as transformações sociais, culturais, econômicas, produtivas e tecnológicas impostas pela emergência do neoliberalismo, o qual teve sua implementação

10 Na década de 1930, ao analisar o fordismo, Gramsci (2001) constrói uma abordagem não restrita à organização e ao trabalho fabris estrito senso. Assim, em *"Americanismo e Fordismo"*, o autor não limita a compreensão desse contexto à análise dos processos de trabalho e das transformações tecnológicas presentes nas indústrias, demonstrando como o conjunto da vida social (aspectos religiosos, éticos, morais, simbólicos, econômicos, políticos e também tecnológicos) são reconfigurados para atender aos interesses reprodutivos da classe capitalista, baseados, sobretudo, na valorização e na acumulação capitalistas.

política em diversos países a partir da década de 1970, tendo se constituído no Brasil a partir da década de 1990.

O neoliberalismo é, portanto, um conjunto de políticas que dão suporte para a recuperação das taxas de lucro ao impor a primazia do mercado em detrimento do planejamento estatal (Harvey, 2008). Assim, uma de suas características centrais é a de defender a liberação das capacidades empreendedoras individuais, as quais se relacionam com o fortalecimento de uma estrutura institucional que defenda a iniciativa privada, os livres mercados e o livre comércio.

A base teórica que embasa tais transformações políticas e sociais foi desenvolvida, principalmente, por Ludwig Von Mises (2010) e Friedrich Hayek (2010)¹¹, autores que defendem que a liberdade individual só seria alcançada por meio da organização “natural” do mercado, sendo necessário diminuir, até mesmo eliminar, a influência da planificação econômica estatal, que deturparia o funcionamento do mercado e, conseqüentemente, geraria distorções na maneira pela qual os indivíduos seriam recompensados por suas ações.

Assim, todo e qualquer mecanismo de solidariedade social ou coletiva, como os direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários, deveriam ser desmantelados, pois as ações interventoras destes forçariam os proprietários dos meios de produção e empresários a empregarem esses meios de forma diferente da que empregariam no livre-mercado (Mises, 2010: 21). Como consequência, não utilizariam toda a capacidade produtiva existente, os levando a diminuir salários e promover o desemprego (Mises, 2010: 33). Em outras palavras, segundo esses autores, o livre desenvolvimento da lógica mercantil capitalista seria a maneira mais eficaz e eficiente de combater as mazelas sociais como, por exemplo, a do empobrecimento.

Essa lógica, no que diz respeito ao empreendedorismo consolidado no neoliberalismo, impõe aos trabalhadores a concepção de serem eles mesmos, cada qual, um “sujeito empresarial” (Dardot e Laval, 2016), ou empresário-de-si (Foucault, 2008), que deve atuar de maneira autônoma no mercado, sem as garantias dos direitos sociais e trabalhistas e em competição com os demais sujeitos-empresariais. Consolida-se, portanto, uma sociedade em que todos podem, e *devem*, ser empreendedores, sendo valorizado um tipo de indivíduo que

11 Mises e Hayek desenvolveram suas teses, respectivamente, nas décadas de 1920 e 1940; porém, a sua difusão aconteceu mais fortemente nos anos 1970, tendo como objetivo combater a política econômica aplicada pelos partidos social-democratas e comunistas e as inspirações keynesianas que propagavam a planificação estatal da economia como forma de garantir o desenvolvimento econômico e social. Para os autores, o Estado interventor atuaria de forma a sobrepor o coletivo ao individual, gerando distorções que destruiriam a ordem social baseada na propriedade privada dos meios de produção (Mises, 2010: 107).

atue no mercado e garanta sua reprodução social sem depender do Estado, pois, pelo menos na aparência, a vontade, o mérito e o esforço próprio passariam a ser valorizados em relação à magnitude da propriedade privada.

O desdobramento lógico disso seria a constituição de uma sociedade não mais dividida em classes sociais, mas uma sociedade na qual todos estariam em igualdade de condições para desenvolver livremente as suas atitudes empreendedoras, com a livre-concorrência sendo uma condição necessária a melhor orientação dos esforços individuais, evitando a servidão do indivíduo ao coletivismo (Hayek, 2010: 58). Os agentes individuais no mercado passariam, dessa forma, a ter liberdade para vender e comprar, tese que pressupõe que todos seriam livres para produzir, vender e comprar qualquer coisa que possa ser produzida ou vendida (Hayek, 2010: 59).

Em contraposição a essa leitura, defendemos, como será detalhado no decorrer do nosso artigo, que a generalização do modo de vida empreendedor atua como um componente central para intensificação da exploração e precarização do trabalho, pois se fundamenta em um movimento de transferência de riscos e custos produtivos para os trabalhadores que acaba por estabelecer relações de trabalho desassistidas de direitos trabalhistas e baseadas em formas de trabalho autogerenciadas (Abílio, 2019; Amorim e Grazia, 2021). Como um novo modo de vida, o empreendedorismo cria, portanto, um novo tipo de trabalhador e de tipo humano que sintetiza um conjunto de relações sociais (laborais, políticas, micropolíticas, morais, econômicas e ideológicas) que orientam a quase totalidade das formas de interação social, reconfigurando a subordinação classista.

Para realizar essa análise crítica do empreendedorismo, levaremos em consideração dois elementos encontrados em nosso trabalho de campo. São eles: 1. o fato da maioria de nossos entrevistados não serem empreendedores, no sentido de terem a posse de algum empreendimento, sendo que muitos deles inclusive trabalham em empregos regulados pela CLT; e 2. a presença neste *workshop* de diversos propagadores do empreendedorismo, os quais denominaremos, com base em Gramsci (1982), de intelectuais orgânicos do capital, que cumprem papel fundamental na produção e propagação de um novo consenso social que visa a mistificar e invisibilizar os conflitos classistas. Assim, a compreensão do discurso de como nossos entrevistados se descrevem e se representam como empreendedores se mostra como um rico dado empírico para nossas análises, pois nos permite localizá-los em como eles mesmos se relacionam dentro e fora do ambiente de trabalho, compreendendo assim o elo que expressa a materialidade das relações sociais nas quais estão inseridos.

Além desta introdução, na qual buscamos pontuar as transformações sociais e ideológicas propagadas pelos formuladores do neoliberalismo para tornar o empreendedorismo o modo de vida hegemônico, o artigo está dividido em mais duas partes. Na primeira delas, debateremos o papel dos intelectuais orgânicos que, como propagadores do empreendedorismo, verbalizam e mobilizam os interesses mais gerais da sociedade capitalista, visando à manutenção da dominação classista de tipo capitalista. Na segunda, analisaremos de forma mais aprofundada o empreendedorismo como um agente mistificador e invisibilizador das relações de classe, o que será realizado com base no material empírico oriundo das entrevistas realizadas. Analisaremos, portanto, como os nossos entrevistados compreendem o que significa *ser empreendedor*, utilizando, concomitantemente, um conjunto de dados e pesquisas sobre empreendedorismo no Brasil que nos permitirá pôr em suspenso a tese segundo a qual todos poderiam ser “empreendedores de sucesso”.

1. O intelectual orgânico e a construção do ideário empreendedor

Embora muito mobilizadas recentemente por seus apologistas, por reportagens e por *best-sellers* que afirmam sua proeminência e atualidade, a figura do empreendedor e a ideia do empreendedorismo já fora teorizada desde as primeiras décadas do Século XX. Na teoria social, o empreendedor foi descrito como o responsável pela valorização social do lucro, tornando-se o agente central para a valorização do acúmulo financeiro no capitalismo (Weber, 2004). Na teoria econômica, o empreendedor aparece como o indutor de rupturas na dinâmica econômica. Eles seriam, portanto, responsáveis pela promoção do próprio desenvolvimento econômico, posto que, se a economia capitalista tende ao fluxo circular, comportando-se de modo estático, o empreendedor criaria a dinamicidade necessária ao seu desenvolvimento, introduzindo novos bens no mercado ou reorganizando os processos produtivos (Schumpeter, 1997).

Contudo, é a partir da década de 1970, com a implementação de políticas neoliberais em muitos países do capitalismo ocidental, que uma nova versão do empreendedorismo encontra solo fértil para seu desenvolvimento. Nesse contexto, o mercado de trabalho desregulamentado e o corte crescente de direitos sociais passam a ser legitimados e naturalizados como horizonte histórico único para o conjunto da classe trabalhadora.

Conforme exposto em Amorim, Moda e Mevis (2021 e 2021a), a queda do crescimento das taxas de lucro de 1970 pode ser apontada como um ponto de inflexão entre as elaborações que defendiam a existência de uma sociedade na

qual todos poderiam ser empresários – proprietários de seus próprios negócios – e a recolocação da figura do empreendedor, baseada em novas premissas. A partir deste período, defende-se não mais a possibilidade de se tornar um grande empresário, proprietário, efetivamente, de capital fixo ou acionário, mas sim a possibilidade de outras e múltiplas formas de *ser* empreendedor.

A premissa de que *todos* podem ser empreendedores de sucesso permanece. No entanto, essa figura passa a aparecer sem que seja necessário, para tanto, ter a propriedade dos meios de produção, a própria empresa ou qualquer forma de propriedade privada. Pelo contrário, o trabalhador “livre de propriedade”¹² pode passar a empreender com sua própria força de trabalho, sendo o responsável por sua autovalorização no mercado de trabalho e por estar, ou não, empregado, promovendo assim a valorização do seu capital humano¹³. Os trabalhadores, neste contexto social, devem estar prontos a concorrer individualmente uns contra os outros no mercado, constituindo uma sociedade baseada na ideia de que todos *poderiam*, e *deveriam*, ser empreendedores.

Determinadas “características empreendedoras” se tornam, com isso, centrais no mercado de trabalho e a sua apologia é propagada em diversos âmbitos institucionais: na escola; pelo Estado; na mídia; na universidade.¹⁴ A tarefa dessas instituições seria reduzir as contradições de classes sociais ao construir uma noção do que seria “normal”, naturalizando, portanto, as relações entre as classes sociais como relações entre iguais, ocultando assim os distintos interesses nelas representados. Tal construção tem como meta moldar o trabalhador que o mercado, o Estado e as classes dominantes desejam e necessitam. Nesse sentido, criar “grandes narrativas”, compartilhadas pelos subalternos, seria tão necessário quanto as polícias e o exército para a reprodução dos interesses classistas (Mordenti, 2007).

Nesse processo de dominação classista, que ocorre por meio da construção da hegemonia, como já indicado por Gramsci, determinados intelectuais

12 Para Marx (2012), no modo de produção capitalista, o trabalhador é *livre* em um duplo sentido: ele dispõe de sua força de trabalho como pessoa livre e, também, é “livre” de todos os meios necessários para a realização de sua força de trabalho. Ou seja: deve, nessas condições, levar sua mercadoria-força de trabalho ao mercado, já que estaria miseravelmente “liberto” de qualquer outra forma de garantir sua própria existência social.

13 O capital humano, conforme desenvolvido por Schultz (1973), parte de uma concepção que faz equivaler a força de trabalho ao capital, principalmente no que diz respeito à autovalorização proveniente da educação e da formação individual, que, para ele, faria o trabalhador aumentar seu valor no mercado de trabalho.

14 Dias (2012) chama a atenção para esse conjunto de instituições que definem, com base na relação estrutural de dominação, a chamada “normalidade”, naturalizando assim as relações de poder.

seriam “prepostos” do grupo dominante no exercício da hegemonia social e política (Duriguetto, 2014), ou, ainda, “funcionários” da superestrutura, com a função de conservar, elaborar e dar coesão ao projeto de dominação classista (no caso dos intelectuais vinculados à classe dominante). Em suma, esses intelectuais contribuem para a manutenção da hegemonia e para a construção de consensos sociais que reproduzem os interesses das classes dominantes.

Uma das principais formas dessa construção hegemônica do modo de vida empreendedor se dá pelas instituições educacionais. Em nosso trabalho de campo, tivemos contato com alguns formuladores de políticas de educação. Para exemplificar, um de nossos entrevistados, professor de uma Universidade Pública, participou das discussões de reformulação curricular dos cursos superiores de engenharia, que tinha como objetivo “atualizar o currículo” ao inserir o “empreendedorismo” como componente curricular. Para ele, o currículo surgido dessa discussão estabeleceria o “*novo perfil de engenheiros*” e também do “*novo professor de engenharia*”, que buscava responder à pergunta: “*como é que eu vou formar um aluno para atender às exigências de uma nova sociedade que tá aí, tá na quarta Revolução Industrial?*”¹⁵. Esta educação empreendedora, além disso, não deveria estar restrita ao ensino superior. Seria necessário, segundo ele, uma “(...) *escola de ensino elementar, educação infantil, todas elas (...) permeadas pela cultura empreendedora.*”¹⁶

Esse foi um dos entrevistados que identificamos, entre outros três, como um intelectual orgânico, propagadores do modo de vida empreendedor. Além desse professor de uma universidade federal, havia um outro professor de universidade privada que desempenhava o papel de coordenador de incubação de empresas; uma coordenadora pedagógica de uma escola rural, na região de Santa Rita do Sapucaí, e uma gestora de incubadora local.

Em um primeiro momento, nosso achado de pesquisa não nos falou imediatamente. O que nos chamou a atenção inicialmente foi o fato de todos serem divulgadores do empreendedorismo, muitos até entusiastas, outros “militantes” – termo utilizado por um deles – mas todos se igualavam em seus contratos de trabalho, com direitos e, principalmente, formas de contrato distintas das

15 Segundo Dias (2013), uma das características presentes no processo de construção de hegemonia da classe dominante seria a sua visão de mundo como portadora da modernidade, movimento que busca invisibilizar a reprodução das relações classistas. A apologia da “modernização” daria, assim, corpo à atualização das relações de classe do presente.

16 Alguns pesquisadores, como Dantas e Silva (2014), sugerem, inclusive, que as competências empreendedoras deveriam ser estimuladas ainda na primeira infância, visto que é nessa etapa que a atuação sobre a personalidade seria mais eficaz.

provenientes das formas de trabalho que eles identificavam no trabalho de “empreender”.

Um dos professores entrevistados, quando questionado se era um empreendedor, ofereceu um dado para começarmos a análise que apresentamos aqui: ele nos afirmou que se considerava um “intraempreendedor”:

Porque eu trabalho com desenvolvimento de novas ideias, de novas frentes. Eu tenho que batalhar pelas coisas, eu tenho que convencer pessoas, eu tenho que ser persistente, tenho que ser perspicaz, muitas vezes resiliente. Dentro da própria organização que eu trabalho, várias coisas que acontecem na universidade hoje envolvendo empreendedorismo foram ideias que eu tive e eu fui fazer acontecer. Então, não sou o empreendedor daquele que tem um negócio próprio (...) é por isso que eu enxergo que sou mais intraempreendedor do que o empreendedor de um novo negócio, o que não deixa de ser empreendedorismo (Professor Universidade Privada e coordenador de incubadora de empresas).

Interessante notar que, na descrição que fez de seu trabalho, não mencionou, em momento algum, as características que ele e outros entrevistados destacaram como próprias do empreendedorismo e que apresentamos como sendo as de um “modo de vida empreendedor”. O que aparece em suas palavras é um trabalho que tem como objetivo “convencer pessoas”, organizá-las em torno de uma ideia e “fazer acontecer”. Assim, poderíamos identificar um afastamento entre o que ele defende e o que ele *faz acontecer*. Outro exemplo deste afastamento entre o que é dito sobre o “ser empreendedor” e o trabalho que as pessoas efetivamente fazem se evidencia na presença de uma coordenadora pedagógica, além de tantos outros professores, em um *workshop* que tinha como temática o empreendedorismo e a tecnologia. Ela nos informou, ao responder à questão “*porque se considera uma empreendedora?*”, que realiza um outro tipo de “empreendimento”, isto é, aquele “que busca levar (...) o empreendedorismo” aos “(...) professores e alunos (...)”.

Tal afastamento se desdobra, em nossa perspectiva, na explicitação de uma contradição que não é deles, mas das relações de classe que estruturam essa visão de mundo. Estávamos, portanto, diante dos e das elaboradoras, divulgadoras e organizadoras de um ponto de vista de uma determinada classe social. Eles elaboram discursivamente o empreendedorismo, e educam, na prática, trabalhadores e trabalhadoras para viverem segundo os valores do modo de vida empreendedor.

Esse modo de vida tem, de maneira geral, três características que sintetizam seu sentido classista: 1. Reforçam a conversão de todas as dimensões da socialidade às relações mercantis, a autoridade do mercado; 2. Afastam as trabalhadoras e trabalhadores de formas de experiência e solidariedade classistas e, portanto, de conhecerem as relações de trabalho em que estão inseridos e reconhecerem a “natureza” mercantil de tais relações sociais, propondo um modo de vida alternativo; e 3. Consequentemente, objetivam suprimir o conflito entre as classes sociais ao fazer parecer que todos são iguais ao serem empreendedores, mesmo em suas desigualdades no mercado, subordinando a força de trabalho aos objetivos do capital.

Essa caracterização se fundamenta no diagnóstico de que o modo de produção capitalista está:

(...) premido pelas lutas de classe, pela necessidade constante de revolucionar-se sem cessar. Para realizar-se, ele necessita de um gigantesco aparelho que é, ao mesmo tempo, seu produto e sua condição de existência: o Estado que está destinado a dar maior potencialidade e coerência às classes dominantes e à implementação do monopólio da racionalidade capitalista. É o produto de um conjunto articulado de lutas entre dominantes e dominados, lutas estas que são sobredeterminadas pelos encontros/desencontros entre os próprios dominantes e entre os dominados (Dias, 1997: 39).

Portanto, ao construirmos nossa análise, estamos considerando que nossos entrevistados cumprem uma *funcionalidade* dentro da luta de classes, colocando-se nelas, ao mesmo tempo em que são atravessados pela política hegemônica do Estado capitalista e respondendo, mesmo que muitas vezes não voluntariamente, ao desdobramento dessa luta e a essa política classista. É deles a função, como disse o nosso entrevistado, de “fazer acontecer” o modo de vida empreendedor, ou seja, compete a esses entrevistados – que denominamos intelectuais orgânicos – um papel importante na “(...) reestruturação burguesa da sociedade (...)” (Marx, 2011: 27).

Nesse ponto é que encontramos o trabalho social do intelectual orgânico do empreendedorismo. Ele elabora as três dimensões classistas em sua prática. Ao fazer isto, cumpre uma tarefa historicamente interessada: construir o consenso e transmitir as normas coercitivas do modo de vida empreendedor, já que interferem “(...) ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ (...)” ao constituírem “(...) categorias especializadas para o exercício da função intelectual (...) em conexão com todos os grupos sociais,

mas especialmente em conexão (...) com o grupo social dominante (Gramsci, 1982: 08-09).

Quanto à relação orgânica desses intelectuais com o capital, Gramsci (1982: 10) defende que ela ocorre no contexto social em que se inserem, ou seja, nas “superestruturas” das quais são “funcionários”. Podemos, portanto, encontrar uma gradação de tipos de intelectuais orgânicos se tivermos essa relação como referência. Além disso:

(...) Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (Gramsci, 1982: 11).

Nesse sentido, a posição de “funcionário” de um determinado aspecto da superestrutura converte os intelectuais orgânicos em “comissários” de uma posição de classe por objetivarem construir o consenso ou os princípios coercitivos orientados aos trabalhadores. Assim, a função organizativa dos intelectuais orgânicos se pauta por reproduzir a ordem social hegemônica, embora Gramsci considere que eles poderiam assumir o ponto de vista da “(...) transformação da ordem social” (Beired, 1998: 125).

No caso de nossos quatro entrevistados, eles assumem a função de divulgadores do modo de vida empreendedor nas universidades e colégios onde desenvolvem o seu trabalho. A posição que assumiam era, portanto, a de transmitir os valores que os trabalhadores deveriam ter para se inserirem no mercado de trabalho. Mas esses não são os únicos. Há outros tipos de intelectuais orgânicos que trabalham pela hegemonia classista empreendedora e de outras formas, os quais também observamos em nosso trabalho empírico.

Uma das presenças centrais no *workshop* foi a de Fernando Dolabela, autor de diversos livros sobre empreendedorismo e, principalmente, sobre pedagogia empreendedora. Fizemos algumas tentativas de entrevistá-lo, o que nos foi rechaçado no momento exato em que o informamos que nossa área de atuação e

pesquisa era a Sociologia. Dolabela concluiu que “deveríamos ser contra o empreendedorismo”. Essa afirmação nos indica sua percepção de que ele próprio está assumindo uma posição, uma visão de mundo que se contrapõe a uma outra.

Se sua negativa nos impossibilitou avançar na compreensão de sua perspectiva, sua presença no *workshop* explica o massivo comparecimento de um grupo de pedagogos e pedagogas, como a coordenadora pedagógica que entrevistamos, e que oferece o empreendedorismo aos seus professores e alunos.

Foi o que Gramsci destacou sobre os intelectuais orgânicos ao abordar a obra de Benedetto Croce. Este, segundo Gramsci, demonstra sua imensa influência cultural e política ao “fazer circular, de uma maneira não pedante, a sua concepção de mundo por meio de toda uma série de breves escritos (...) assimilados como bom senso e senso comum” (Gramsci, 2011: 338 – tradução nossa). Através desses textos, Croce pôde atuar sobre professores da escola primária e secundária, produzindo o que Gramsci chama de “suco gástrico da burguesia”, isto é, uma capacidade de digerir essas ideias e conformar uma poderosa máquina de acomodação das forças sociais aos interesses vitais do grupo dominante (Dias, 2000).

Os intelectuais orgânicos que encontramos no congresso podem ser identificados com esse tipo descrito por Gramsci, posto que, no que diz respeito ao modo de vida empreendedor, parece ser necessária não apenas a existência de intelectuais que desenvolvem o trabalho de elaborar um tipo de economia política que deu base às políticas neoliberais, como Mises e Hayek. Além desses, são necessários aqueles e aquelas que, como nossos entrevistados, “digerem” as teses que expressam a perspectiva do capital as *fazendo acontecer* nos contextos de trabalho em que se inserem, seja na construção do consenso, seja as impondo de forma coercitiva.

Trata-se aqui da análise dos que trabalham elaborando, nas palavras de Gramsci, o senso comum que apareceria como o “*bom senso*”, que reforça e fornece as características empreendedoras que se confundem com o futuro, com o que seria necessário para a inserção social dos trabalhadores, segundo os fundamentos do modo de vida burguês. Esse programa classista não está delimitado apenas ao trabalho dos intelectuais orgânicos, mas é (ou deveria ser, segundo nossos entrevistados), também um projeto de Estado, ao promover políticas educacionais e culturais voltadas para uma educação empreendedora, conforme resume um de nossos entrevistados:

(...) E no momento que você nutre... incentiva a inserção desses conteúdos, e coloca os profissionais, capacita os professores, coloca os profissionais para serem sensibilizados, não em torno de um currículo, mas em torno de um projeto de Estado, o que nós queremos para o nosso Estado daqui 10, 15, 20 anos? Nós queremos ter escolas, [com] a educação empreendedora permeando todo sistema, onde... [se] crie condições e ambientes com uma cultura favorável (Professor de Universidade Federal).

O empreendedorismo, assim, para estes entrevistados, que aqui identificamos como intelectuais ligados à implementação do empreendedorismo, configura-se por uma série de características que podem ser utilizadas na gestão de uma empresa, mas também, na gestão do trabalhador assalariado, de seu próprio “capital humano”. Nesse sentido, o empreendedorismo torna possível a imposição da gerência sobre os trabalhadores que devem: ser proativos, vestir a camisa, ter iniciativa e resolver problemas, caso pretendam se manter empregados e ser considerados trabalhadores produtivos, eficientes e eficazes (Abílio, 2019; Amorim e Grazia, 2021; Amorim; Moda e Mevis, 2021a). Para isso, devem trabalhar como se fossem eles mesmos os proprietários das empresas, o que, para nós, mistifica a relação entre as classes antagonicas, pois coloca, na aparência, trabalhadores e capitalistas em situação de igualdade dentro dos processos produtivos, ao mesmo tempo em que reafirma a dominação de classe, ao adaptar a força de trabalho aos objetivos capitalistas em um contexto histórico particular (Braverman, 1977).

Para os intelectuais orgânicos por nós entrevistados, essas características que atribuem aos trabalhadores os mesmos aspectos presentes na gestão de uma empresa deveriam ser fomentadas desde a educação básica, com a reformulação do currículo escolar. Mais além disso, os entrevistados incentivam e procuram viabilizar, como intelectuais orgânicos do capital, uma formação ampla, que passe por cursos de especialização e constante atualização. Adquirir essa formação, portanto, fundamenta-se como característica essencial para uma sociedade que pretende se atualizar para as condições de acumulação capitalista nos termos do neoliberalismo.

2. Mistificando as relações de classe

Em sua teoria econômica, Schumpeter (1997: 76) defende que produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. O desenvolvimento econômico decorreria da realização de novas formas de combinações entre essas forças e matérias, sendo os empreendedores os responsáveis por

este processo. O aspecto fundamental para a produção dessas novas combinações seria o comando sobre os meios de produção, o que significa que “não se trata do privilégio da propriedade privada *per se*, mas apenas do privilégio da propriedade da qual se possa dispor” (Schumpeter, 1997: 79). Assim, já em suas formulações, os empreendedores, chamados de empresários pelo autor, possuiriam função diferente da dos capitalistas. Enquanto os empresários realizariam novas combinações que comporiam o empreendimento e o desenvolvimento da sociedade, os capitalistas seriam os que fornecem crédito, tornando o empreendimento possível. Dessa maneira, os empresários, ou empreendedores, não conformariam uma classe social, como o fazem os capitalistas, pois sua condição social não estaria relacionada à propriedade privada dos meios de produção, mas à maneira com que utilizam esses meios, sendo possível, assim, encontrarmos empresários nas mais diversas classes sociais, pois sua situação fundamental seria marcada exclusivamente pelo comando sobre o uso dos meios de produção.

Entretanto, como salientamos, a partir do advento das políticas neoliberais, a separação entre o empreendedor e os meios de produção foi radicalizada, conformando uma nova versão do empreendedorismo em que até mesmo a necessidade de controle dos meios de produção, sobretudo da força de trabalho, seria suprimida. Nesses termos, as características básicas do indivíduo empreendedor, valorizado nas últimas décadas, são marcadas, por um lado, pela garantia da reprodução social de maneira autônoma, o que faz com que o empreendedor passe a ser identificado sob diversas condições e em várias frentes do trabalho informal, seja como trabalhador autônomo, seja pelo contrato de trabalho via Pessoa Jurídica (P.J.), ou nas figuras dos vendedores ambulantes, dos trabalhadores plataformizados ou ainda como proprietários de nano, micro ou pequenas empresas (Amorim e Grohmann, 2021). E, por outro lado, são identificadas em um conjunto de atitudes, comportamentos e linguagens que os trabalhadores devem mobilizar durante os processos de trabalho.¹⁷

17 O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), principal difusor do empreendedorismo no Brasil, define o indivíduo empreendedor como aquele que possui uma atitude de inquietação, ousadia e proatividade que favorece a criatividade e que resultaria em ganhos econômicos e sociais (SEBRAE, 2001: 09). Colbari (2007: 85-91) demonstra como os preceitos do empreendedorismo não atuam apenas no mercado informal, mas são mobilizados também no trabalho com carteira de trabalho assinada, já que as empresas estariam modificando a sua forma de organizar a produção, buscando desenvolver práticas gerenciais que estimulam a criatividade e a proatividade dos trabalhadores, criando a aparência de centralidade subjetiva dos trabalhadores nos processos de trabalho, sem que tais estímulos rompam com a lógica do mercado e a necessidade do lucro.

Desse modo, o empreendedor deixa de ser o agente da mudança e do desenvolvimento econômico e social, tal como postulado por Schumpeter, para alicerçar novas relações sociais, as quais, na maioria das vezes, resultam em condições de trabalho precárias e que estabelecem um processo de retirada de garantias trabalhistas, tendo por consequência a desvalorização da força de trabalho.¹⁸

Ao comentar a formação educacional dos trabalhadores, um dos nossos entrevistados fornece algumas pistas sobre quais seriam os alicerces dessas novas relações sociais, ao afirmar, em relação aos trabalhadores, que seria necessário “prepará-los melhor” para um contexto de fim das relações de trabalho regulamentadas:

(...) Não para aquele raciocínio (...) de a gente preparar mão de obra para a empresa, para a carteira assinada, para a aposentadoria do INSS... a gente vem ouvindo há muito tempo que isso um dia ia acabar e, na verdade, acabar totalmente eu acho que nunca vai acontecer, mas **a gente está vivendo claramente uma mudança, muita gente hoje tem seu próprio negócio, trabalha em função disso, não tem nenhum vínculo empregatício**, tem contato direto com os seus fornecedores. Então, você tem muito esse aspecto hoje, que **é a eliminação daquele emprego tradicional que ouvíamos falar** (Professor e Coordenador Incubadora de Empresas – grifos nossos).

A temática da desassociação entre a propriedade privada e o comando dos meios de produção, aparece quando questionamos aos nossos entrevistados sobre se considerarem trabalhadores, empresários ou empreendedores. A maioria dos nossos entrevistados se declarou empreendedor, mesmo os que não detinham propriedade privada, empresa ou sequer a gerência de empresa. Vale ressaltar que quase todos os entrevistados, inclusive os proprietários de empresas, desvincularam o empreendedorismo da figura do empresário, tanto no sentido de os empresários não serem necessariamente empreendedores, quanto no sentido de que, para ser empreendedor, não seria necessária a propriedade privada dos meios de produção. Para eles, seria possível ser empreendedor em diversos aspectos da vida, no cotidiano, no trabalho, em casa ou “*na vida, na carreira e no próprio negócio*”, como nos disse uma entrevistada (Coordenadora de uma Incubadora de Empresas). Com isso, o empreendedor se caracterizaria por uma conduta proativa dentro e fora do ambiente de trabalho e que garantiria,

18 Vale frisar que a recusa de vínculos formais de contrato de trabalho é uma forma histórica de controle da força de trabalho (Filgueiras, 2016). No caso brasileiro, o desenvolvimento histórico de nosso mercado de trabalho se mantém estruturalmente baseado em vínculos informais de trabalho, que têm sido, nas últimas décadas, acentuados pelos diferentes processos de terceirização.

sobretudo, a sua reprodução social de maneira autônoma e individual. Assim, o empresário, compreendido em contraposição ao empreendedor, estaria associado a uma estrutura de empresa e trabalho rígida, repetitiva e hierarquizada. Por sua vez, o empreendedor passa a ser identificado a uma organização do trabalho na qual se trabalha em equipe e sem hierarquias, com plena autonomia, mesmo que isso seja apenas uma aparência necessária.

Nossos entrevistados, muitas vezes, verbalizaram essa oposição com base na distinção entre “chefe” e “líder”. O líder, identificado como empreendedor, seria aquele “(...) *capaz de desenvolver sonhos (...) e uma visão de longo prazo nas pessoas, permitindo que essas pessoas acordem de um sono profundo. Essa é uma diferença muito grande de um empresário, porque normalmente [este utiliza] o conceito de chefia, o conceito de autoridade*” (Professor de Universidade Federal). Seria de responsabilidade do líder garantir a mobilização da equipe de trabalho, que essa equipe “vista a camisa da empresa”, diferente do antigo chefe, que teria o papel de obter resultados dos trabalhadores por meio da simples coerção e autoridade. A partir dessa definição, o líder poderia ter diversas funções dentro do ambiente de trabalho e pertencer a diferentes classes sociais. Configura-se, portanto, uma nova roupagem do empreendedor schumpeteriano; porém, agora não mais promovendo inovações e desenvolvendo economicamente as empresas, mas mantendo a equipe motivada e ditando os ritmos e as cadências produtivas.

Para os proprietários de empresas que entrevistamos, a temática do “vestir a camisa” surgiu com centralidade. Em suas falas, essa atitude seria mais do que algo a ser garantido pela liderança: seria uma imposição a todos os assalariados que pretendem se manter em seus postos de trabalho. Isto significa concretamente que:

As pessoas precisam ter **iniciativa**, precisam vestir a camisa da empresa que trabalham, (...) **procurar olhar a empresa de uma maneira que você pense o que você pode fazer pela empresa**. Porque o que você fizer pela empresa, **vai fazer essa empresa crescer, vai dar motivo para essa empresa te manter lá e você vai crescer junto com ela** (Professor e Coordenador de uma Incubadora de Empresas – grifos nossos).

Aprofundando a resposta ao nosso questionamento sobre o empreendedorismo ser, também, uma característica demandada ao trabalhador no mercado de trabalho, esse mesmo entrevistado nos informou que os trabalhadores devem apresentar as características empreendedoras, pois, caso contrário, estariam fadados a não entrarem mais no mercado de trabalho, mantendo-se, com isso, desempregados.

Essa ideia foi também sublinhada pelo proprietário de uma fábrica da região ao afirmar que “(...) *a gente acaba não ficando com as pessoas que não estão vestindo a camisa*” (Proprietário de uma Fábrica de Móveis). Assim, as características empreendedoras que os trabalhadores deveriam mobilizar no trabalho apresentam sua dimensão coercitiva, a partir, por exemplo, da ameaça do desemprego para aqueles que não mobilizarem essas práticas no ambiente de trabalho. Ou seja, o modo de vida empreendedor não se configura como uma mera ideologia a qual os trabalhadores devem aderir, mas se caracteriza como um conjunto de normas e regras impostas para que estes trabalhadores sejam produtivos, atendendo aos interesses do capital.

Nesses termos, entendemos que o empreendedorismo se estrutura com base em dois aspectos: como um conjunto de ideias que visam a persuadir os trabalhadores a “colaborarem” com o capital, mas também, e sobretudo, como uma prática gerencial que atua coercitivamente sobre a força de trabalho, que busca mobilizar algumas características comportamentais nos trabalhadores, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho. Ou seja, ao contrário do veiculado pelos intelectuais orgânicos do empreendedorismo, a generalização deste modo de vida não representa uma conquista de autonomia e liberdade no trabalho (e na vida), mas uma radicalização da subordinação aos interesses de valorização e acumulação capitalistas, que são garantidos com base na imposição de um tipo humano formatado para o trabalho autogerenciado, ávido por “colaborar”, custeando sua própria qualificação profissional, sua aposentadoria, seu salário indireto e assumindo todos os riscos que podem surgir como consequência da execução de seu trabalho.

O empreendedorismo, dessa forma, torna-se, a partir do advento do neoliberalismo, um importante fator de gerência e autogerência ou autotaylorização do trabalho (Amorim e Grazia, 2021), pois normaliza nos trabalhadores pensamentos e ações para que tratem as empresas como se fossem de sua propriedade, atuando assim com maior participação, proatividade e iniciativa¹⁹, ainda que isso signifique, por exemplo, uma extrapolação da jornada de trabalho, das doenças ocupacionais e do sobretrabalho.

Entendemos, assim, que o modo de vida empreendedor atua para mistificar a dominação da força trabalho, encobrindo, com mais uma camada, o caráter classista do controle e direção dos processos de trabalho. Atualizando e

19 É importante ressaltarmos que essa participação proativa dos trabalhadores nos processos de trabalho tem como limite os interesses valorativos do capital, não significando, portanto, um aumento da participação dos trabalhadores em decisões relativas aos processos de trabalho (Amorim, 2018; Paulani, 2001).

radicalizando os princípios de Frederick Taylor (1990) sobre as práticas de gerenciamento do trabalho, a diminuição dos tempos e movimentos e de aumento do controle sobre o trabalho não devem mais ser apenas de responsabilidade da gerência ou da engenharia de produção, mas de todos os envolvidos nos processos de trabalho. Assim, aparentemente, ocorreria uma diminuição da hierarquia existente na produção, quando na prática se trata de uma radicalização do controle sobre o trabalhador individual e coletivo.

Trata-se, assim, de uma demanda constante para que os trabalhadores expressem essas características empreendedoras que descrevemos, isto é, que *vivam deste modo*. Mas quem demanda? Seria o sujeito que transfere aos “colaboradores” a responsabilidade pelo controle de seu trabalho e do desenvolvimento das habilidades demandadas por ele? Seria a satisfação do contratante que demanda dos empreendedores que estejam preocupados não com o fim do trabalho, mas por trabalharem até *entregarem tudo* ao cliente? E/ou ainda poderia ser o mercado de trabalho que seleciona os que melhor se encaixam no perfil de empreendedor? Ao apagar o sujeito que realiza tal demanda, todos passam a representar o patrão, o que colocaria fim não só à classe trabalhadora²⁰, mas a todas as classes sociais.

Tal movimento decorre do fato de o modo de produção capitalista engendrar um modo de representação próprio, realizando uma fetichização das posições de classe que deriva da inversão entre sujeito e objeto (Grespan, 2019). Ou seja, a maneira pela qual os agentes sociais do capitalismo se representam na superfície da sociedade seria muitas vezes a inversa daquela apresentada no interior do processo produtivo, mistificando assim as relações de classe. Como exemplo disso, temos o duplo papel dos trabalhadores na superfície das relações sociais, já que são, ao mesmo tempo, trabalhadores nas relações produtivas e proprietários, de si mesmos, nas relações de compra e venda da força de trabalho.

Portanto, a atual valorização dos “trabalhadores empresários-de-si”, muitas vezes realizado pelos próprios trabalhadores devido aos mecanismos de persuasão e coerção presentes na produção da hegemonia, e de uma estrutura produtiva

20 A tese do “Adeus ao proletariado” permeou os estudos sobre o trabalho em especial na década de 1980, a partir das formulações expressas por Gorz (1982) e Offe (1989). Segundo esses autores, o crescimento da automação sobre os processos de trabalho tornaria o trabalho vivo residual na produção de mercadorias materiais, enquanto, no setor de serviços, o qual tem como produto mercadorias imateriais, o trabalho se tornaria imensurável, o que colocaria fim à classe trabalhadora e à teoria do valor-trabalho de Marx. Parafraseamos estas teorias para indicarmos como a atual valorização do empreendedorismo também buscaria pôr fim à classe trabalhadora; porém, agora não mais a partir de transformações nos processos produtivos que diminuiriam a importância do trabalho vivo, mas pela própria negação da condição de classe dos trabalhadores. Para uma crítica às teses do fim do trabalho, ver: Amorim (2017; 2018).

em que, à primeira vista, todos podem ser patrões, está ancorada em uma contradição própria do atual modo de produção, na qual as formas de consciência criam representações distorcidas, fetichizadas, da maneira pela qual as relações de produção são organizadas. Essa representação distorcida tem como condição a aparente igualdade jurídica presente nas relações de consumo, que busca perpetuar a desigualdade presente na produção, visto que a única possibilidade existente para os trabalhadores é a venda da sua força de trabalho.

Tal processo de representação conta também com o já mencionado trabalho dos intelectuais orgânicos que assumem a perspectiva do capital, dando concretude às formas de representação e aos valores que os trabalhadores deveriam incorporar para se apresentarem em um mercado de trabalho regido pela hegemonia classista do modo de vida empreendedor.

A ilusória igualdade presente nos processos produtivos estruturados pelos princípios do empreendedorismo, em que todos seriam patrões, ou líderes, é, portanto, um recurso de controle, na medida em que mistifica as hierarquias presentes entre eles, sobretudo a do capital que centraliza tal poder. Na *aparência*, todos devem se responsabilizar pelos processos de trabalho e serem proativos para a realização de suas atividades, já que o aumento dos ritmos produtivos garantiria a reprodução social de todos. No entanto, essa organização produtiva confirma as relações capitalistas, posto que mantém a propriedade privada dos meios de produção e as formas de controle dos coletivos de trabalhadores sob o mando das empresas capitalistas, sendo, portanto, um mecanismo que reproduz o antagonismo entre as classes sociais.

Este movimento de representação do empreendedor é alicerçado por meio de uma tentativa de naturalização da existência desse modo de vida, isto é, de tornar a-histórica e natural a figura do empreendedor. Busca-se encontrar no passado, no presente ou mesmo no futuro uma forma de legitimar o caráter empreendedor pela construção de um imaginário que positiva situações de sofrimento, identificando o modo de ser empreendedor como uma validação do sucesso ou a possibilidade futura dele, mesmo que o presente seja de sacrifícios pessoais, familiares ou dos coletivos de trabalho²¹, como expresso por nossos entrevistados:

21 Em muitas de nossas entrevistas e, também, nas palestras que acompanhamos durante o *workshop*, chamou nossa atenção a importância da ideia de *disrupção*. O sucesso profissional dependeria de um momento chave no qual o empreendedor seria “disruptivo”, inovando ou criando algo inédito. A *disrupção* também pode ocorrer na vida pessoal. É o caso das narrativas das pessoas que resolveram “mudar tudo abruptamente em suas vidas” e acabaram chegando ao sucesso. A palestra de abertura do *workshop*, com Marcelo Tas, foi centrada em sua *disrupção* de ter “largado” a engenharia e rumado para a área de comunicação. Muito do empreendedorismo, assim, resulta da “espera” pela *disrupção*, que finalmente justificaria todo o sacrifício do empreendedor. No entanto, a possibilidade de aprender com “erros” é privilégio de poucos. Ao trabalhador sem recursos familiares ou pessoais, errar em alguma iniciativa no mercado, quando isso é possível, apresenta-se, contrariamente, como acúmulo de dívidas e empobrecimento.

(...) um dos maiores exemplos que temos, que é o Barão de Mauá. E quando esse cara fez tudo isso? A gente nem pensava em falar do termo empreendedorismo, não era nem um termo que já existia, e o cara era empreendedor. O que eu vejo é que sempre tivemos empreendedores. O Brasil foi descoberto por empreendedores, teve uma migração muito forte de empreendedores, e não é à toa que hoje somos acusados²² de ser um país com uma população muito empreendedora (Professor Universidade Privada).

(...) eu vim de uma família, na minha casa minha mãe é uma empreendedora nata. Então, ela sempre foi autônoma, já trabalhou em algumas empresas, mas de uns 10, 12 anos pra cá ela é autônoma. Então acho que vem de berço mesmo. (Estudante de Engenharia).

Com isso, as características empreendedoras se afirmam em exemplos e em personagens descontextualizados das atuais formas de vida, mesmo que o *tornar-se empreendedor* dependa, como já demonstramos pelos extratos de entrevistas expostos, de um aprendizado e do desenvolvimento de habilidades relativas a um modo de vida criado em determinado contexto histórico e com interesses de classes específicos.

Entretanto, por que essas experiências pessoais do passado são transformadas em mitos de uma individualidade empreendedora descolada no tempo e no espaço? Acreditamos que elas seriam uma forma de cristalizar a ideia de que empreender, quando feito corretamente, é ter sucesso, ou seja, de que empreender é uma condição necessária para vencer na vida, em especial em uma sociedade marcada por altas taxas de desemprego e baixos salários, valorizando assim o esforço próprio dos que buscam romper com essas adversidades. Porém, se tomamos dados sobre o mercado de trabalho brasileiro²³, os benefícios do ato de empreender não se sustentam, sendo necessário à cosmologia empreendedora recorrer a exemplos escassos do passado, ou de casos pontuais do presente, para balizar sua validade, visto que a condição da maioria dos trabalhadores,

22 A escolha pela palavra “acusados” chama a atenção.

23 O trabalho por conta-própria – que muitos autores consideram como uma forma de empreendedorismo – bateu seu recorde histórico em 2019, com mais de 24 milhões de ocupados em um contexto de falta de vagas com carteira assinada (Krein e Oliveira, 2019: 115). O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, ou Monitor Global do Empreendedorismo) para o Brasil, em 2019, ao questionar o motivo que levava os empreendedores a empreender, obteve em 88,4% das respostas a alternativa “Para ganhar a vida porque os empregos são escassos” (Greco *et al*, 2020).

atualmente submetidos a vínculos precários de trabalho, é marcada por baixos salários e dificuldades em garantir a sua própria reprodução social²⁴.

Ao perguntarmos aos nossos entrevistados acerca dos desafios ou dificuldades do empreendedorismo, as respostas tendiam a apontar para as características que se assemelham justamente aos trabalhos informais, sem segurança jurídica/contratual ou estabilidade, os quais são estruturantes das relações de trabalho em nosso país. “*Saber correr risco* (Estudante de Engenharia); “*ser persistente, perspicaz e resiliente*” (Coordenador da uma Incubadora de Universidade Privada); ou, ainda, “*dono do próprio nariz, [ter] flexibilidade, autonomia, [mas] risco de incertezas, empreendimento físico e mental maior*” (Assalariado com Carteira Assinada). Todavia, é possível apontarmos para uma insatisfação da maioria da classe trabalhadora submetida a essas condições. Tal afirmação é corroborada pelos dados da pesquisa “Abrir mão do próprio negócio”, realizada pelo Sebrae em 2015, a qual afirma que a maioria dos empreendedores trocariam as suas ocupações por empregos com carteira de trabalho assinada (SEBRAE, 2016).

Foi marcante encontrarmos em nosso trabalho de campo diversos participantes do *Workshop* que se consideravam empreendedores ou que afirmaram já terem tentado empreender no passado, mas que, no momento das entrevistas, haviam abdicado da “flexibilidade” ao encontrar empregos com maior estabilidade. Um exemplo disso está no relato de um diretor financeiro: “*Eu fui [empreendedor] por 14 anos. E agora eu estou nessa estrutura nova (...) e não sou mais PJ, sou contratado*”. Descrevendo sua experiência quando teve uma micro-empresa, sintetiza: “*(...) a gente tinha muitos altos e baixos, daí veio essa oportunidade desse novo negócio como funcionário e eu achei interessante*” (Diretor Financeiro). Assim, apesar do discurso propagado por seus defensores de que o empreendedorismo seria acessível e positivo a todos, as limitações materiais para o sucesso da figura empreendedora são bastante significativas. As histórias dos diversos exemplos de sucesso que nos foram apresentadas pelos nossos entrevistados, como as de milionários estadunidenses proprietários das *Big Techs* ou de empresas ligadas ao setor financeiro, parecem guardar distância do histórico de vida da maioria dos presentes no *Workshop* e também da imensa maioria das experiências concretas de desemprego, informalidade e precariedade dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

24 Nesse processo de tornar o empreendedor neoliberal suprahistórico, tendo em vista a naturalização desse modo de vida, um dos nossos entrevistados citou Jesus Cristo como um exemplo de empreendedor. Busca-se um passado que fundamentaria a construção do empreendedor contemporâneo, identificando-o como uma forma de vida marcada pelo desprendimento e por sacrifícios para romper as adversidades. O contexto histórico é, assim, irrelevante. O que importa é o conjunto de características que tal figura sintetizaria.

Considerações finais

Embora Marx estivesse apresentando uma análise que tinha objeto concretamente distinto do nosso, na primeira parte de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), indica o papel que as ideias e seus elaboradores tiveram nas transformações da sociedade francesa e inglesa durante os Séculos XVII e XVIII, além do papel dessas e desses no processo contrarrevolucionário burguês na França do Século XIX. Aqui foi de nosso interesse indicar como a reestruturação de uma sociedade está atravessada pela atividade de determinados pensadores, chamados por Gramsci, no século posterior a Marx, de “intelectuais orgânicos”. Essa função não é, sublinhamos, determinada pelas próprias ideias desses “comissários”, mas pela sua posição de porta-vozes das classes dominantes. Indicamos, portanto, um dos desdobramentos da luta de classes, dando centralidade aos que trabalham como “mensageiros” do capital com a finalidade de “(...) de ajustar o trabalhador ao trabalho na sua forma capitalista” (Braverman, 1977: 124).

Mistificar as relações de classe, projetando-se uma harmonia social com base no empenho, perseverança e méritos individuais, não é, com isso, uma ferramenta ideológica presente apenas nesse novo tipo de empreendedorismo contemporâneo. Esse instrumento ideológico já foi utilizado por Adam Smith, Jeremy Bentham, Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e tantos outros intelectuais orgânicos do capital no sentido de propagar um ideário que crie um consenso social capaz de radicalizar a subalternidade da classe trabalhadora em diferentes formações sociais e contextos históricos.

Historicamente, no modo de produção capitalista e em diferentes momentos, instrumentos semelhantes mistificaram o caráter antagônico da relação entre as classes, ocultando a exploração e a desigualdade constituinte entre capital e trabalho, ou seja, entre os proprietários dos meios de produção e os que possuem unicamente a própria força de trabalho como mercadoria. Nesse sentido, o empreendedorismo, no contexto neoliberal, constitui, portanto, uma atualização desse mecanismo, promovendo uma forma atual e hegemônica dessa mistificação.

Para tanto, é central não apenas a elaboração do ideário empreendedor como também a sua divulgação e propagação. Em nossa pesquisa de campo, deparamo-nos com diversos intelectuais orgânicos e divulgadores do modo de vida empreendedor. Responsáveis por reformular currículos pedagógicos a partir de preceitos do empreendedorismo contemporâneo; responsáveis por disciplinas acerca do empreendedorismo em universidades; coordenadores de incubadoras de empresas *start-ups*, que configuram muitas vezes o modelo do

que deveria ser o empreendedorismo, e ainda os responsáveis por escrever e transmitir o empreendedorismo de maneira didática, em linguagem simples e popular. A propagação promovida com base nessas obras, manuais, entrevistas e currículos reforça a autoridade do mercado, submetendo a quase totalidade dos âmbitos da sociabilidade a seus mecanismos, afastando os trabalhadores de formas concretas de experiência de organização classista e do reconhecimento das relações de trabalho nas quais estão inseridos.

Se esperávamos, antes de ir a campo, encontrar majoritariamente proprietários de seus próprios negócios, na realidade, o que pudemos verificar foi a presença desses intelectuais orgânicos e a de trabalhadores, que comparecem a esse tipo de evento procurando se “qualificar” para o mercado de trabalho.

Identificamos, assim, três eixos na constituição e propagação do empreendedorismo: 1. a sua imposição por parte do capital; 2. a sua difusão por parte dos intelectuais orgânicos; e 3. o Estado, que viabiliza essa propagação, tendo como base políticas públicas, elaboração de diretrizes curriculares, financiamento de instituições formuladoras do empreendedorismo, mas também retirando ou desregulamentando direitos trabalhistas, previdenciários e desmantelando organizações coletivas da classe trabalhadora, permitindo assim o desenvolvimento concreto do neoliberalismo e o aprofundamento das formas de exploração do trabalho.

Do ponto de vista do capital, a materialização do empreendedorismo fornece novas formas de controle e gerenciamento da força de trabalho assalariada, ditando como o trabalhador deve se posicionar no mercado de trabalho e atribuindo a esse trabalhador a responsabilidade por estar empregado ou desempregado, descolando as relações de trabalho das relações de exploração e das flutuações do mercado de trabalho. O trabalhador deve, para garantir sua própria reprodução, “vestir a camisa”, “ser proativo” e “tomar iniciativa”, tendo em vista o aumento da produtividade e a eficácia na consecução de suas tarefas.

Com base em uma ideia de igualdade social e de oportunidades, cria-se, na prática, um consenso social que justifica ideologicamente a desresponsabilização do Estado em relação a políticas públicas e sociais, abrindo, portanto, o caminho para o aprofundamento do neoliberalismo e da piora das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, tendo o Estado um papel ativo neste processo, como podemos observar nas iniciativas estatais de fomento ao empreendedorismo nas relações de trabalho e nos currículos escolares. O Estado, dessa forma, cumpre um papel de promotor da lógica mercantil nas mais diversas relações sociais.

A lógica mercantil capitalista se consolida, impositivamente, como horizonte único para as relações sociais dentro e fora do ambiente de trabalho, reforçando mais ainda uma sociedade marcada pela concorrência, ao mesmo tempo em que, no trabalho, essa competição exige a colaboração e o engajamento do trabalhador aos interesses da empresa. Responsáveis por sua própria sobrevivência e por sua própria situação de emprego ou desemprego, esses trabalhadores também se tornam responsáveis pelos “resultados” de sua empresa-de-si, devendo se portar de acordo com os princípios balizadores do empreendedorismo. Tal processo, como ilustrado em nosso texto, conta com a militância dos propagadores, dos divulgadores, dos intelectuais orgânicos desse modo de vida, que buscam, a partir de representações pontuais e distantes das condições de vida majoritariamente existentes em nossa sociedade, conformar a classe trabalhadora aos seus princípios.

Referências:

- ABILIO, Ludmila. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, 2019, pp. 01-11.
- AMORIM, Henrique. O trabalho em André Gorz: três reflexões, uma problemática. *Cadernos CRH (UFBA)*, v. 30, 2017, pp. 435-452.
- _____. *Trabalho Imaterial: Marx e o Debate Contemporâneo*. 2. ed. São Paulo, Annablume, 2018.
- _____; GRAZIA, Mauricio. The Precariousness of Immaterial Labor: Self-Taylorization in the Brazilian Software Industry. *Latin American Perspectives*, v. 1, 2021.
- _____; GROHMANN, R. *O futuro do trabalho: entre novidades e permanências*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2021.
- _____; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. O empreendedorismo não é apenas uma ideologia: a subordinação no trabalho plataformizado. In: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. *Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo*. Curitiba, Editora CRV, 2021.
- _____; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? *Cadernos CRH (UFBA)*, v. 34, 2021a, pp. 1-16.
- AZZARÀ, Stefano. Restauração e revolução passiva pós-moderna no ciclo neoliberal: um transformismo intelectual de massa. *Crítica Marxista*, n.50, 2020, pp.31-47.
- BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: Aggio (Org.) *Gramsci – a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Unesp, 1998.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- COLBARI, Antônia de Lourdes. A retórica do empreendedorismo e a formação para

- o trabalho na sociedade brasileira. *SINAIS*. CCH-UFES, Vitória, n. 1, v. 1, 2007, pp. 75-111.
- DANTAS, José Guilherme Leitão; SILVA, Lígia Maria Grilo. Empreendedorismo e empreendedores: o papel da educação. *Sensos*, n. 8, v. IV, 2014, pp. 175-186.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital – Reestruturação Produtiva e Passivização*, Unicamp, 1997.
- _____. *Gramsci em Turim – a construção do conceito de hegemonia*. Xamã, São Paulo, 2000.
- _____. *Revolução passiva e modo de vida – Ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. Sunderman, São Paulo, 2012.
- _____. Intelectuais: para que e para quem? In: *Gramsci no limiar do século XXI*. LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; SANTOS, Wilson da Silva. (Org.). Campinas, Librum, 2013.
- DURIGUETTO, Maria. *A questão dos intelectuais em Gramsci*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 118, abr./jun. 2014, pp. 265-293.
- FILGUEIRAS, Vitor. Regulação da terceirização e estratégias empresariais: o aprofundamento da lógica desse instrumento de gestão da força de trabalho. *Cadernos do CEAS*, v. 239, pp. 742-770, 2016.
- FOUCAULT, Michael. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado – Para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- _____. Americanismo e Fordismo. In: *Cadernos do cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Carta de 25 de abril a Tatiana Schucht. In: GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere (Antologia)*. Galícia, Editora Estaleiro, 2011, pp. 337-338.
- GRECO, Simara et al. *Global Entrepreneurship Monitor – Empreendedorismo no Brasil*. Curitiba, IBQP, 2020.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Editora Loyola, 2008.

- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- KEBIR, Sabine. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto. Para além dos discursos: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de, FILGUEIRAS, Vitor Araújo. (Org.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, Curt Nimuendajú, 2019.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. *O Capital*. Livro 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012 (571).
- MISES, Ludwig Von. *Ação Humana: um tratado de economia*. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- _____. *Uma crítica ao intervencionismo*. Rio de Janeiro, Nórdica; Instituto Liberal, 1987.
- MORDENTI, Raul. *Gramsci e la rivoluzione necessaria*. Roma, Riuniti, 2007.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, 1989, pp. 06-20.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O Ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- PAULANI, Leda Maria. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – uma análise dos dilemas contemporâneos. *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 4, 2001.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- RAMOS, Lauro. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Rio de Janeiro, IPEA, 2002.
- SCHULTZ, Theodore. *Capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- SCHUMPETER, Joseph. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Nova Cultura, 1997.
- SEBRAE. *Referenciais para uma Nova Práxis Educacional*. Série Documentos, Brasília, Edições Sebrae, 2. ed. 2001.
- SEBRAE. Relatório Especial Pesquisa “Abrir Mão do Próprio Negócio”. 2016. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0685e1b2efe4edo65a813c3cb97c5d4c/\\$File/5982.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0685e1b2efe4edo65a813c3cb97c5d4c/$File/5982.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2021.
- TAYLOR, Frederick. *Princípios de administração científica*. 8. ed. São Paulo, Atlas, 1990.

THOMAS, Peter. La modernità come rivoluzione passiva. Gramsci e i concetti fondamentali del materialismo storico. In: BOOTHMAN, Derek; GIASI, Francesco; VACCA, Giuseppe (Org). *Studi gramsciani nel mondo*. Gramsci in Gran Bretagna. Bologna: Il Mulino, 2015. pp. 263-84.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

Recebido em: 26/07/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

AMORIM, Henrique; GUILHERME, Guilherme Henrique; MODA, Felipe Bruner e PELEGRINI, João Gabriel Selles. O Empreendedorismo Contemporâneo ou uma Forma de Mistificação das Relações de Classe. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 845-873

